



CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS ATA DA REUNIÃO DO DIA DEZESSETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

1 Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 09h07, o Conselho
2 de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, por videoconferência, sob a
3 presidência o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa, Felipe Siqueira de
4 Souza da Rosa. Estavam presentes à Sessão a Superintendente Acadêmica de Pós-
5 graduação Fernanda Carvalho de Queiroz Mello; a Superintendente Administrativa, Marília
6 Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários:
7 Claudia Moraes de Rezende (CCMN), Alexandre Guedes Torres (CCMN), Adriana
8 Santarosa Vivacqua (CCMN), Julie de Araujo Pires (CLA), Ethel Pinheiro Santana (CLA),
9 Milton Nunes Campos (CFCH), Marta dos Reis Castilho (CCJE), Alex Ferreira Magalhães
10 (CCJE), Verônica Maria Araujo Calado (CT) e Márcio de Almeida D'Agosto (CT). Os
11 Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos Renato Rezende
12 Ventura, Eliane Guedes, Marina Bento Soares e Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho.
13 A representante do Campus Duque de Caxias: Luisa Andrea Ketzer. Os representantes do
14 Campus Macaé: João Luiz Mendes Wanderley e Leonardo Maciel Moreira. Iniciou-se com
15 a **Ordem do dia**, *Relato de Processo*, que contemplou o exame do processo nº
16 23079.239472/2023-47, referente a um acordo de cotutela firmado entre a UFRJ, por
17 intermédio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), e a
18 Universidade Aberta de Portugal (UAb). **1.1-** Presidente da Sessão Felipe Rosa
19 apresentou o histórico do processo, ressaltando que o pedido envolvia aspectos
20 relacionados à tramitação do acordo, aos termos firmados e aos dados do discente
21 vinculado. Esclareceu que o caso chegou à plenária após deliberação prévia da Câmara
22 Discente (CCD), que entendeu que o regime de curso da Universidade Aberta de Portugal
23 não atendia às exigências da UFRJ, especialmente quanto ao percentual de disciplinas
24 cursadas à distância, superior ao limite previsto na Resolução CEPG nº 106. Relatou que
25 o interessado interpôs recurso, argumentando que a Resolução nº 106 tratava de cotutela
26 apenas no âmbito da UFRJ, não sendo aplicável aos acordos internacionais. O recurso foi
27 encaminhado à Câmara de Legislação e Normas (CLN), que emitiu parecer sobre o mérito
28 da solicitação. O Presidente informou que a sessão tinha como objetivo discutir o caso
29 de modo a preservar a ordem processual e registrar os entendimentos institucionais a
30 respeito da matéria. **1.2-** A conselheira Marina Bento Soares, representante da CCD, fez
31 uma exposição detalhada do caso, lembrando que a Resolução CEPG nº 01/2017
32 regulamenta os acordos de cotutela, abertos ou fechados, entre a UFRJ e instituições
33 estrangeiras, e que a Instrução Normativa nº 02/2017 lista a documentação exigida para
34 tais processos. Esclareceu que o discente Marcelo Viana Ramos, matriculado no curso de
35 doutorado em Relações Interculturais da Universidade Aberta de Portugal (UAb),
36 pleiteava a formalização de cotutela com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento
37 Urbano e Regional (PPGPUR) do IPPUR/UFRJ. Ressaltou que a UAb se caracteriza como
38 instituição integralmente voltada ao ensino a distância, o que representa um aspecto

inédito para acordos dessa natureza. A conselheira apresentou dados do histórico do discente, informando que ele foi anteriormente aluno do doutorado do IPPUR entre 2007 e 2012, tendo a matrícula cancelada em 2013 por abandono, após duas prorrogações internas e uma prorrogação concedida pelo CEPG. Naquele período, o discente havia cumprido 560 horas/créditos no programa. No pleito atual, o requerente propunha um estágio de cotutela no IPPUR/UFRJ entre 03/07/2023 e 31/01/2025, com aproveitamento dos créditos cursados anteriormente no IPPUR. A CCD, após análise da documentação e dos dispositivos normativos aplicáveis, emitiu parecer desfavorável à aprovação do acordo. **1.3-** A conselheira Ethel Pinheiro Santana, presidente da CLN, agradeceu a exposição e complementou a análise, destacando que a CCD atuou com rigor técnico e que o caso representava uma situação inédita na história do Conselho, a tentativa de formalização de cotutela com uma universidade totalmente EAD. A conselheira salientou que a importância da sessão extraordinária residia justamente no caráter precedente da decisão, a qual poderia estabelecer uma jurisprudência administrativa sobre o tema. Informou que, em diálogo entre as presidências das câmaras, decidiu-se que a CLN emitiria o parecer final sobre o recurso, em razão da natureza normativa da matéria. Em sua fala, a professora Ethel reforçou que não existe, nas normas vigentes, proibição explícita à cotutela com instituições de ensino a distância. Contudo, lembrou que, na ausência de regulamentação específica, cabe ao CEPG deliberar caso a caso, considerando os princípios institucionais da UFRJ e a equivalência acadêmica entre as instituições envolvidas. A conselheira observou que o conceito de cotutela implica pareamento entre instituições de ensino, nas quais o discente deve participar integralmente das atividades acadêmicas de ambas, de modo que os diplomas emitidos tenham valor equivalente e representem efetiva cooperação científica. Afirmou não conhecer casos em que atividades prévias ou concluídas anos antes pudessem ser aproveitadas para fins de cotutela. Destacou ainda que, embora o orientador proposto, professor Robert Pechman, seja plenamente qualificado, a situação em análise não se enquadra na rotina esperada de uma cotutela, uma vez que o doutorando não se encontra, no momento, matriculado simultaneamente e atuando academicamente nas duas instituições. Dessa forma, a CLN concluiu pela manutenção do indeferimento do pedido de cotutela, acompanhando integralmente o parecer da CCD. O parecer foi lido na íntegra e submetido à apreciação da plenária. **1.4-** Após leitura do parecer da CLN, o Presidente agradeceu às câmaras pelo trabalho criterioso e registrou elogios aos pareceres apresentados. Em seguida, colocou o parecer em votação. **1.5-** O Parecer da CLN foi aprovado, com 1 abstenção, sendo mantido o indeferimento do pedido de cotutela entre a UFRJ e a Universidade Aberta de Portugal. **1.6-** Encerrada a pauta principal, a conselheira Adriana Vivacqua apresentou questionamento referente ao Edital PROEXT, informando que a Diretoria de Extensão havia solicitado esclarecimentos sobre prazos e procedimentos de inscrição. **1.7-** O Presidente da Sessão esclareceu que, até o momento, tratava-se apenas de manifestação de interesse, com prazo até 22 de novembro, e que a UFRJ apresentaria sua manifestação institucional dentro do prazo estipulado. **1.8-** Na sequência, a Superintendente Fernanda Mello complementou as informações, comunicando que haveria reunião conjunta com a PR5 no mesmo dia para iniciar a construção da proposta. Explicou que a submissão final deveria ocorrer em dezembro e que a equipe já trabalhava na elaboração de proposta institucional temática, a ser posteriormente discutida com os programas. **1.8-** A conselheira Adriana Vivacqua perguntou se haveria solicitação direta aos programas de pós-graduação. A Superintendente esclareceu que, nesta fase inicial, não seria necessária a participação direta dos programas, uma vez que o documento de manifestação teria caráter geral e estratégico, sendo a execução debatida posteriormente de forma conjunta. Nada mais

89 havendo a tratar, o Superintendente Felipe Rosa agradeceu a participação de todos,
90 enalteceu o trabalho técnico das câmaras e declarou encerrada a Sessão às 10h37. Para
91 constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após
92 aprovação, será assinada pela Presidente da Sessão, Professor Felipe Siqueira de Souza
93 da Rosa, e por mim.

94

95

96 Adriene Campelo do Amaral
97 Secretária

Felipe Siqueira de Souza da Rosa
Presidente